

A GESTÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: PERCURSOS, AVANÇOS E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO

Carla Maraisa Sousa Costa ¹
Orientadora: Profa. Ma. Izandra Falcão Gomes ²

RESUMO

O presente ensaio adveio da disciplina “Política e Planejamento Educacional” e se desenvolveu ao longo do semestre 2018.1. Por meio de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e natureza exploratória, objetivou-se, inicialmente, fazer uma reflexão sobre o caráter mutável da educação, que acompanha as transformações vividas pelas pessoas no mundo. Em seguida, apresentou-se breve histórico da gestão pública e educacional, caracterizando as repercussões da política neoliberal para o sistema educacional brasileiro. Para finalizar, sugere-se como resposta aos problemas educacionais advindos da lógica neoliberal, a implementação do planejamento participativo nas escolas e demais órgãos da educação brasileira. Afinal, pressupõe-se que a participação democrática dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração e execução do planejamento é garantia de resposta aos problemas vividos por esses sujeitos.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Gestão educacional, Planejamento participativo.

INTRODUÇÃO

A educação muda. Acompanha as mudanças que ocorrem no mundo. Não é possível então pensar um modelo de educação para hoje igual ao modelo do século XIX, por exemplo. A sociedade, os instrumentos de trabalho, as tecnologias, as ciências e os valores mudaram, assim como a relação das pessoas entre si e com esses diversos segmentos. Não é de se admirar que também a educação se transforme. Embora cercada de muitas contradições, a Escola deve se permitir transformar, sua adequação ao tipo de sociedade em que está presente é necessária uma vez que os sujeitos envolvidos precisam da escola e do processo educacional para se sentirem incluídos.

A educação brasileira, historicamente, sofre as consequências de ordens política e econômica que se agravaram neste século, perdendo seu objetivo de promover valores humanos (solidariedade, respeito, responsabilidade) aos seus alunos e formá-los para o bom convívio em sociedade. Contrário disso, o que atualmente tem se evidenciado é a desvalorização da profissão docente, a depreciação dos espaços escolares, obsessão por

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, carla.maraisa@aluno.uece.br;

² Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, doutoranda no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho/PT e professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE, izandra.falcao@uece.br.

avaliações externas que pouco contribuem com a melhoria da educação na prática, e cada vez mais o afastamento de populações marginalizadas do processo educacional (CASTANHO, 2009; FERREIRA, 2014; FREITAS, 2014; GARCIA & NASCIMENTO, 2012). Além disso, a lógica educacional adotou os mesmos princípios da lógica empresarial, ou seja, de eficiência, eficácia, agilidade, custo-benefício, lucro e economia. A escola está centralizando suas atividades na formação de mão-de-obra para o mercado (CASTRO & CABRAL NETO, 2016).

Nutridas por este debate, empreendemos uma pesquisa bibliográfica construída no decorrer da disciplina Política e Planejamento Educacional³ que resultou neste artigo. Propomos debater a educação básica no atual contexto neoliberal em que as intervenções são subsidiadas pela lógica economicista, evidenciando as consequências do atual modelo econômico para a educação, visto que, suas implicações vão para além do financiamento, chegando na gestão e no planejamento educacional. Nosso enfoque epistemológico é crítico em relação ao Planejamento Educacional no Brasil e esperançoso, no qual defendemos a ação de planejar participativamente, entendendo-a como saída para a crise educacional.

METODOLOGIA

O artigo foi decorrente de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e natureza exploratória. O trabalho constituiu-se como atividade desenvolvida ao longo de todo o semestre como culminância de todos saberes adquiridos durante a disciplina “Política e Planejamento Educacional”. Para esse fim, utilizou-se fontes secundárias de pesquisa (a bibliografia estudada) e as discussões em sala, propiciadas pela professora, com participação dos alunos. Foram consultados, dentre outros, os seguintes autores: CARNEIRO (2005), CASTANHO (2009), CASTRO & CABRAL NETO (2016), FERREIRA (2014) e GANDIM (2013), por apresentarem aprofundamentos a respeito dos reflexos do Neoliberalismo sobre a educação brasileira, também sobre gestão pública e planejamento participativo. Importante lembrar que os resultados obtidos a partir da pesquisa foram tratados sob uma perspectiva qualitativa, ou seja, traduzidos em ideias.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÕES

³ Disciplina do sétimo semestre do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, campus Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

Os subtópicos a seguir constituem-se da contextualização da problemática – as implicações do neoliberalismo sobre a educação brasileira – por meio do referencial teórico e das discussões surgidas ao longo do estudo.

1. Os reflexos do Estado mínimo no financiamento da educação brasileira: debate preliminar

As dimensões histórica, econômica, política, social e cultural de cada sociedade exercem papel importante na definição dos propósitos e rumos da educação. A escola é reflexo da sociedade na qual está inserida, refletindo, dessa forma, seus valores, tradições e problemas. De acordo com Carneiro (2005), “ela é bem o espelho de todas as contradições que se abatem sobre as nossas sociedades” (CARNEIRO, 2005, p.12).

Em especial, o modelo econômico vigente no Estado detém fundamental influência no campo educacional, pois é ele quem estabelece a forma como a educação será financiada e por consequência, as políticas públicas a serem desenvolvidas no país. O Neoliberalismo, atual modelo econômico, intensificou as desigualdades sociais e as feridas que marcam a educação. Efetivamente implantado no Brasil a partir do governo de Collor de Mello que assumia um país recém-saído de uma ditadura militar, vivia o tão esperado processo de redemocratização do Estado, precisava encontrar soluções para a crise econômica na qual o país encontrava-se imerso. A saída foi controlar os gastos, adotando severas medidas de austeridade fiscal (FERREIRA, 2014). Esse momento econômico foi crucial para o estabelecimento do modelo neocapitalista.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ingovernabilidade passou a fazer parte do conteúdo estratégico dos debates que visavam à implantação das teses neoliberais. [...] naquele momento, situando a crise no papel excessivo do Estado, numa ruptura radical com o legado nacionalista estatal do Brasil. Ou seja, os próprios instrumentos – o Estado e o nacionalismo, utilizados pelo capital para o seu desenvolvimento -, passaram a ser o centro do problema. (FERREIRA, 2014, p. 131, 132).

O estabelecimento do neocapitalismo como modelo econômico no Brasil confirmou uma nova tendência do papel do Estado em relação à educação: um Estado menos intervencionista, que valoriza as iniciativas de privatização escolar, atuando mais como regulador das ações privadas do que como provedor do acesso universal à educação pública de qualidade (FERREIRA, 2014).

O neocapitalismo se movimenta, então, no sentido de intervir nas principais características que dão unidade ao Estado – língua, cultura e educação –, pois a sua existência

já não interessa. Por esse motivo, a educação é diretamente influenciada pelo contexto econômico do país. É nesse sentido que Lopes e Castro, afirmam que

As diretrizes da educação brasileira, nas duas últimas décadas do século 20, foram delineadas no contexto de ampliação dos processos que parecem tornar o mundo uma unidade econômica, política e cultural (LOPES & CASTRO, 2012, p. 21).

Como afirma Ferreira (2014), “na esteira do deslocamento político da perspectiva de nação para uma ideia transnacional, o Estado educador, no final do século XX, se transformou em um modelo de Estado avaliador”. Há, portanto, no atual contexto político e econômico um processo de redefinição do papel do Estado.

De 1997 em diante, [...] os arautos neoliberais [...], apostaram no mercado como regulador das relações sociais e econômicas, exigindo, sim, um Estado capaz de, na crise, aliviar a fúria do mercado livre, pondo-lhe amarras, limites e controles diante do perigo. (SILVA, 2014, p. 89).

O Estado forte sofre críticas por parte do sistema neocapitalista por este o considerar limitador do desenvolvimento econômico, por assim dizer. Portanto, segundo a lógica neoliberal, o Estado deve agir de forma a estimular os processos de privatizações de estatais e a favorecer empresas particulares, incentivando a livre concorrência e diminuindo a fiscalização sobre essas empresas. Com a redefinição de seu papel, o Estado também altera sua postura em relação ao sistema educacional. Cada vez mais a lógica econômica penetra nas instituições escolares. A escola, que antes tentava manter e equilibrar uma pedagogia que enfatizava os valores humanos aos alunos, passa a funcionar muito mais como promotora do capital.

A autora Maria Abádia da Silva (2014) afirma que o Banco Mundial é uma das principais organizações responsáveis por introduzir a lógica mercantil no sistema educativo através de políticas direcionadas e do consentimento do governo federal brasileiro. Silva alega ainda que

As políticas capitaneadas pelos diretores, consultores e técnicos do Banco Mundial, com o consentimento do governo federal e de parte dos governadores estaduais, são traduzidas em legislação, projetos e programas de modo que pareça uma necessidade local, do sistema de ensino e da escola pública. (SILVA, 2014, p. 58).

A educação passou a ser vista como “negócio rentável e lucrativo – daí a insistência para que os governos apoiem a abertura da educação para o mercado educacional” (SILVA, 2014, p. 86).

Para consolidar esse novo projeto de educação (educação mercantil) o Estado toma algumas medidas: 1. Introduzir nas escolas a lógica das empresas, ou seja, a racionalidade

econômica, tendo como princípios o da eficácia, da eficiência, do custo/benefício. 2. O estabelecimento do sistema de avaliações nacionais. 3. O estabelecimento dos resultados das avaliações nacionais como critério para o recebimento de recursos financeiros e implantação de melhorias vindas do governo federal. 4. Criação do Caixa Escolar e demais medidas que transferem às escolas a responsabilidade por gerir seus recursos. 5. As parcerias público-privadas por meio da terceirização de funcionários e venda de bens e serviços nas instituições escolares. 6. Implantação do modelo de gestão gerencialista nas escolas ou descentralização da gestão federal para instâncias menores.

Se a educação de um direito social passa a ser concebida como um lugar de comércio modifica-se o *ethos* das instituições escolares e universidades, aproximando-as das empresas de negócios. Neste desiderato, o que está em jogo são as novas formas e combinações de financiamento, fornecimento e regulação da educação, pois para os neoliberais a escola e a universidade funcionam com dispendiosos recursos estatais, tarefa a ser corrigida. (SILVA, 2014, p. 64).

Nessa lógica, as instituições educacionais são vistas como gastos excessivos do governo por isso a resposta a esse problema é passar a responsabilização desse serviço – além dos demais serviços públicos de cunho social – para o setor privado. Além disso, as instituições públicas (escolas, hospitais, etc.) são alvo de críticas, havendo um processo de desvalorização do que é público e, por conseguinte, de enaltecimento do que é privado.

2. Gestão Educacional: a readequação e o distanciamento da gestão democrática

De acordo com Castro e Cabral Neto (2016), o planejamento e a gestão pública acompanham o cenário político e econômico em que o país está inserido. No contexto da Primeira República quase não havia planejamento governamental e “a gestão pública, de então, era dominada por traços tipicamente patrimonialista” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 67). Nesse contexto a gestão pública está inteiramente ligada a ideia de subordinação que tem origem nas relações familiares patriarcais próprias desse período histórico. Essa situação se transforma a partir do governo de Getúlio Vargas que dá início as primeiras estruturas burocráticas de administração pública no Brasil, respondendo ao rápido movimento de industrialização e crescimento econômico pelo qual o país estava passando. Os objetivos da introdução desse modelo de gestão eram extinguir a corrupção, o nepotismo e a arbitrariedade, tão presentes no modelo de gestão patrimonialista (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 67). No modelo burocrático:

[...] a gestão pública adquire centralidade na institucionalização de organizações e funções específicas do estado, tanto para administrar a máquina pública quanto para estruturar cargos e carreiras, orientados pela ideia da meritocracia [...] É nesse

momento, pelos próprios requisitos do processo de industrialização, que cresce a necessidade de melhor estruturar o planejamento governamental, surgindo a primeira iniciativa de ação estatal global – o Plano SALTE (1950), incluindo saúde, alimentação, transporte e energia; pela primeira vez, nota-se uma preocupação do governo em implementar ações coordenadas nas diferentes esferas do governo (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 68).

Como podemos perceber, há uma crescente preocupação em planejar as ações governamentais, no entanto, a gestão pública prossegue com características burocráticas. Com o estabelecimento da ditadura civil militar no país, a partir de 1964, o planejamento ganha características mais tecnocráticas, valorizando a racionalidade, a produtividade e a eficiência. No que diz respeito à educação, o objetivo do governo era ajustá-la “à estrutura da reforma administrativa e ao modelo de crescimento implementado no país”, concretizado pelo I Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto (PSECD) assumindo “como diretriz para a educação a teoria do capital humano e o III PSECD, diferente do primeiro, apresentava amplas discussões com secretários estaduais de educação.

[...] o esforço do planejamento descentralizado, na tentativa de recuperar a influência das bases, tanto na linha de criação e condução de programas quanto na linha de controle e de avaliação feitos igualmente com a sua participação. [...] A eliminação do centralismo burocrático, torna-se uma meta prioritária do planejamento educacional participativo (BRASIL, 1980, p. 17, *apud* CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 73).

O movimento em direção ao planejamento participativo inicia ainda no final do período da ditadura no país, mas é na Nova República que ganha maior força. O governo passa a promover amplas reformas, cujo principal objetivo consistia em dar condições para que a população contribuísse com as decisões governamentais (Cabral Neto, 1997, p. 74 *apud* Castro & Cabral Neto, 2016, p. 74). Essa nova orientação trouxe impactos aos modelos de gestão e planejamento, pois procurou “se distanciar do modelo tecnocrático centralizado”, trilhando “caminhos para uma perspectiva de planejamento participativo e gestão democrática” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 74, 75).

Com o processo de redemocratização do país, o governo passa a orientar-se pela Nova Gestão Pública Gerencial, como uma resposta ao modelo burocrático, considerado pouco eficaz, e baseando-se na gestão privada, tem como características “foco em resultados; qualidade dos serviços prestados; o empoderamento do cidadão para escolher entre diferentes provedores de serviço e para expressar seu grau de satisfação como usuário; *accountability*; e transferência das ações” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 76). Em consonância com o novo modelo, o Brasil elabora o Primeiro Plano Plurianual, regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998, cujas metas, diretrizes e objetivos deveriam ser seguidos

pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, “utilizando-se da concepção de planejamento estratégico que preconiza, além da participação dos atores sociais abrangidos nas ações neles previstas, objetivos e metas como apostas sobre o futuro [...]” (BOUDIGNON, QUEIROZ & GOMES, 2011 *apud* CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 77).

Em seguida, por meio da Lei nº 10.172/2001 cria-se o Plano Nacional de Educação (PNE) e em 2008, é aprovado o Segundo Plano Plurianual (2008-2011). Para o setor educacional, mesmo estando o PNE em vigência, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação, com diretrizes para a educação a partir de diagnósticos, objetivos e metas. Para confirmar ainda mais a relação entre as políticas educacionais e as diretrizes da Nova Gestão Pública, temos o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, Decreto nº6.094/2007, que estabelece um regime de colaboração, estabelecendo a responsabilização de todos os entes federados como requisito para que a educação nacional atinja índices de países desenvolvidos. Nesses termos, estados, municípios e distrito Federal devem comprometer-se a “elaborar um diagnóstico da situação de suas redes de ensino, além de elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR)” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 79, 80).⁴

A adoção desse modelo de planejamento e gestão confirma a supremacia das diretrizes gerenciais bem como das orientações da Nova Gestão Pública [...] Essas diretrizes chegam à gestão dos sistemas educacionais acompanhadas do discurso ideológico de que é preciso modernizar a gestão educacional de modo a se alcançar uma educação de qualidade, a qual, sob a ótica e a lógica mercantilistas, pode ser aferida por meio de resultados e indicadores de desempenho e são incorporadas aos principais instrumentos de planejamento educacional da política governamental (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 80, 81).

Dessa forma, a adesão ao sistema neoliberal reverberou na forma como as políticas públicas foram sendo conduzidas a partir de então. Como abordado anteriormente, o modelo de gestão pública atual também busca atender a nova lógica do mercado com o intuito de dar mais legitimidade ao pensamento neoliberal que valoriza a privatização dos setores públicos e o incentivo a iniciativa privada. A lógica empresarial é introduzida cada vez mais na administração pública e isso inclui as instituições escolares.

O novo modelo de gerenciamento proposto para o setor educacional na atualidade funda-se em princípios da moderna administração pública, que tem as suas bases vinculadas na gestão empresarial, incorporando, desse modo, princípios como flexibilidade, agilidade, eficiência, eficácia e produtividade. Tal modelo inclui,

⁴ O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para construção de um sistema nacional de ensino (BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>>. Acesso em 21 de agosto de 2019).

também, a defesa da responsabilização dos gestores e o protagonismo dos pais, dos alunos e dos professores nas tomadas de decisões da escola, aspectos esses inerentes a gestão pública (LOPES & CASTRO, 2012, p. 42).

O modelo almejado é a gestão participativa, onde todos devem participar dos processos de decisões da instituição pois cada um tem responsabilidade pelo seu desempenho. Prova disso é que cada vez mais as escolas têm garantido aos pais e alunos espaço para voz por meio dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis. Uma forma de permitir que as escolas se construam com a participação de todos os envolvidos. Outra prova é que não mais vemos a direção das escolas focadas na figura de um diretor (autoritário) mas sim em uma equipe gestora.

[...] a cadeia de participação no interior da escola mediante o Conselho de Escola, o Caixa Escolar e as agremiações representativas dos pais, alunos, docentes e funcionários. Cria-se, desse modo, **uma cadeia de responsabilização desde o governo Federal (por meio do MEC) até os diretores, gerentes e funcionários públicos, nos diferentes níveis subnacionais e locais, conduzidos pela busca da adequação entre as metas e os resultados**, caracterizando-se, portanto, um contrato de gestão (LOPES & CASTRO, 2012, p. 37 – grifo nosso).

Como se verifica, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título IV – Da Organização da Educação Nacional⁵, a garantia da construção de espaço de participação em si não garante que as expectativas republicanas de educação sejam internalizadas. Há meandros que escondidos na opacidade das letras carregam consigo outros interesses nem sempre percebidos facilmente. Lopes e Castro (2012) alertam para as novas formas de responsabilização, nas quais o Estado desconcentra sua responsabilidade ao dividi-la com a escola que não tem o poder de decidir sobre as macro políticas que, definitivamente, definem a gestão educacional.

Em consonância com a ideologia da Nova Gestão Pública, o Estado utiliza como forma de legitimar suas ações de descentralização das funções também o processo de responsabilização. Ou seja, as funções e responsabilidades da União (sobretudo relacionadas às demandas sociais) passam a ser descentralizadas e divididas entre os demais entes federados, organizações públicas e a própria sociedade civil, que, sob a égide da responsabilização torna a fiscalização e o controle da administração pública parte dos deveres

⁵ Segundo a LDB, a União e os demais entes federados deverão administrar a educação pública em regime de colaboração, cabendo à União a coordenação da política nacional de educação, prestar assistência técnica e financeira aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, entre outras atribuições. A LDB também traz as funções referentes aos Estados, Municípios, Distrito Federal, estabelecimentos de ensino e aos docentes. Além disso, a LDB versa sobre a gestão participativa conforme estabelece que os profissionais da educação participem da elaboração do projeto pedagógico das escolas; incentiva a participação das comunidades escolar e local através dos conselhos escolares; e determina que os sistemas de ensino devem assegurar que as unidades escolares possuam progressivos graus de autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

dos cidadãos. Na educação a evidência será através das avaliações externas cuja divulgação dos resultados permitirá, por um lado uma maior cobrança da sociedade por melhores desempenhos das escolas públicas e por outro, uma maior descrença em tudo que é público. Gestores, professores, pais, alunos e comunidade se tornam cada vez mais responsáveis pelo rendimento da educação básica.

Nesse contexto, a União defende o discurso da modernização da gestão como forma de qualificar a educação e atribui à falta de qualidade não a insuficiência de recursos, mas a ineficiência dos processos administrativos. Desse modo, justifica o não aumento dos investimentos e conclama a sociedade a participar dos processos de gestão [...] (LOPES & CASTRO, 2012, p. 38).

Em síntese, a gestão educacional assume o modelo neoliberal, contudo, introduz um modelo próprio de planejamento participativo, onde a responsabilidade pela instituição é compartilhada entre todos os agentes envolvidos – equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos – e de seus princípios de eficiência, eficácia e produtividade, mas, ao contrário disso, não há participação na tomada de decisão.

É por meio dos planos nacionais, como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas, que o Estado põe em prática as diretrizes da Nova Gestão Pública no sistema de educação brasileiro.

[...] por meio desse tipo de planejamento, fundado nos princípios e características da Nova Gestão Pública, observa-se um redimensionamento do papel do Estado quanto à sua atuação na condução das políticas ao mesmo tempo que aumenta a sua função na dimensão da regulação, assumindo uma postura de indutor de política que é planejada centralmente (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 85, 86).

Isso significa que as decisões a respeito da educação, de políticas e programas para a sua melhoria, continuam sendo tomadas centralmente pelo Estado e que apenas em nível de execução a administração é concebida de forma descentralizada. Ou seja, as soluções prosseguem sem ser pensadas localmente e o Estado, além de seu papel como planejador da educação pública, torna-se responsável pela regulação do desempenho das escolas públicas.

3. Planejamento Educacional: um caminho para minimizar a crise da educação?

Segundo o autor Danilo Gandin, “planejamento é a metodologia científica para construir a realidade” (GANDIN, 2013, p. 39). Pensar em planejamento é pensar em estratégias e traçar os caminhos necessários para alcançar algo, por exemplo, a solução de um problema. Planejamento é reflexão sobre “por que”, “como”, e “o que” fazer para atingir determinado objetivo. Por esse motivo o planejamento precisa estar em conexão com a realidade, afinal ele se constitui de estratégias para solucionar problemas reais, criar soluções

a partir de algo existente. De acordo com Gandin (2013, p. 29) “o planejamento é uma discussão sobre metodologia e sobre instrumentos: estuda e indica processos para se chegar a resultados”.

“O planejamento governamental e a gestão pública são duas dimensões inseparáveis da atuação dos estados contemporâneos” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, 65). No entanto, no atual cenário, o planejamento perde seu conteúdo de caráter político-estratégico e passa a assumir “funções mais operacionais, de controle e de comando físico-financeiro em torno de ações difusas, diluídas pelos diversos níveis e instâncias governamentais” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 75). Nesse momento, o orçamento é quem

[...] comanda o planejamento e o investimento público. Nessa forma de condução dos serviços públicos, o planejamento, no sentido forte, estratégico e político do termo acaba ficando em segundo plano; a estabilização monetária e a eficiência do gasto público foram convertidos nos grandes objetivos nacionais, alcançados pela primazia da gestão sobre o planejamento” (CASTRO & CABRAL NETO, 2016, p. 76).

Observa-se que o planejamento público se encontra distanciado da sua função social. Por um lado, há uma preocupação maior com a questão financeira, a educação é vista como gasto não como investimento; por outro lado, o planejamento é construído de fora para dentro, tanto quando as decisões são tomadas centralmente pelo Estado quanto em nível micro quando o planejamento das aulas é orientado para estar em concordância com as exigências dos testes padronizados externos, que levam em conta somente uma pequena parte do conhecimento que a escola deveria proporcionar aos alunos. É importante salientar que os conteúdos exigidos pelas avaliações externas respondem a lógica mercantilista e de capital humano, onde a escola pública é responsável apenas por formar a massa de trabalhadores do capitalismo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crise educacional que estamos vivenciando, onde a escola perde seu caráter de promotora de valores, servindo apenas como produtora de mão de obra para atender a lógica econômica neoliberal, a solução reside no planejamento construído coletivamente, ou seja, levando em consideração o que a população necessita, a fim de dar respostas práticas aos problemas existentes.

Portanto, pensar em um planejamento educacional para o Brasil é construir um projeto que atenda a diversidade da população brasileira com seus diversos problemas e dificuldades.

Historicamente, parcelas da população nacional foram privadas de ter acesso aos seus direitos básicos de qualidade, inclusive a educação. É o caso da população pobre, periférica, negra, do campo, indígena, LGBTT+, entre outros grupos sociais marginalizados. Faz-se necessário pensar soluções que alcancem a justiça social e isso deve ser feito por meio de um planejamento construído a partir da realidade, que leve em conta os sujeitos reais e seus problemas.

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, [...] passa pela participação de todos (GANDIM, 2013, p. 28).

Fica claro que a mudança e a resolução de problemas necessitam de reflexão crítica e da participação de todos os agentes envolvidos. No caso da educação, é preciso ter em mente que esse setor, assim como os demais setores públicos, é repleto de injustiças e exclui diversos sujeitos e grupos sociais do acesso a um sistema educacional de qualidade. Além disso, é fundamental que os sujeitos excluídos sejam ouvidos: as dificuldades que enfrentam e suas sugestões para solucioná-las. A justiça social só será alcançada se for pensada e construída coletivamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

CARNEIRO, Roberto. **Aprender e Educar no Século XXI**. RBP AE v. 21, n. ½, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/23507/13596>.

CASTANHO, Sérgio. Globalização, Redefinição do Estado Nacional e Seus Impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, Pós-modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio. Planejamento e Gestão Educacional: uma articulação necessária para a construção do sistema nacional de educação. In: SCAFF, Elisângela Alves da Silva; FONSECA, Marília. **Gestão e Planejamento da Educação Básica nos Cenários Nacional e Internacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Políticas para a Educação Básica no Brasil e as Trilhas Incertas da Justiça Social. In: SILVA, Maria Abádia; CUNHA, Célio da. **Educação Básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 129, p.1085-1114, out.-dez., 2014.

GANDIM, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. O Estado-Avaliador e a Construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LOPES, Monik de Oliveira; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Modernização Administrativa: repercussões na gestão educacional. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (orgs.). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.

SILVA, Maria Abádia da. Dimensões da Política do Banco Mundial para a Educação Básica Pública. In: SILVA, Maria Abádia; CUNHA, Célio da (orgs.). **Educação Básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.